

Destino do DF é discutido na Câmara

Uso do solo urbano e rural está entre as atividades que serão regulamentadas pela LO

E stá em elaboração "a certidão de nascimento de Brasília". É assim que a deputada Maria de Lourdes Abadia, do PSDB, define resumidamente os trabalhos de confecção da Lei Orgânica do Distrito Federal, porque "dá identidade e mecanismos de funcionamento da sociedade brasiliense". Embora muitas pessoas ignorem o trabalho dos parlamentares nesse sentido, a Lei Orgânica é de fundamental importância e afeta, direta ou indiretamente, a vida de todos que nasceram ou escolheram Brasília como moradia.

Mas o que é a Lei Orgânica? "É a lei maior do Distrito Federal", resume o deputado Carlos Alberto, do PPS, um dos relatores da Comissão de Sistematização, que tem por objetivo coordenar e ordenar todas as propostas encaminhadas pelos parlamentares e pelos cidadãos, através de várias entidades que enviaram sugestões à Câmara Legislativa. O presidente da Comissão, deputado Maurílio Silva, do PTR, sintetiza a lei como "um conjunto de normas para organizar a relação entre o Governo e a comunidade, estabelecendo e limitando os deveres e as obrigações de cada segmento".

A deputada Maria de Lourdes Abadia, vice-presidente da Comissão de Sistematização, explica que como todo país necessita de uma Constituição, cada município precisa de uma carta de leis, chamada Lei Orgânica. Os estados, por sua vez, elaboram as constituições estaduais. Um exemplo de como a LO influi na vida dos cidadãos pode ser retirado de seu primeiro esboço, já elaborado pelos parlamentares.

O projeto, que será aperfeiçoado pelos deputados distritais constituintes até o final do ano, já determina que "cabe ao poder público, com a participação da comunidade e na forma da lei, promover defesa do consumidor", estipulando as várias formas em que essa defesa deverá ser feita. Outro assunto que afeta a vida de milhares de brasilienses é o problema da ocupação da terra, considerado como o assunto mais explosivo pelos muitos interesses particulares que podem contrariar.

Uso do solo

O deputado Maurílio Silva afirma que no Distrito Federal há 22 situações diferentes para o uso do solo, "da invasão pura e simples ao uso real, através de contrato formal". Ele acredita que serão as definições sobre esse tema que terão os debates mais acalorados na Câmara Legislativa.

Neste caso, a Lei Orgânica vai definir o número de hectares a ser titulado entre todos os ocupantes do solo rural, delimitando também a ocupação do solo urbano. "É



Projeto da Lei Orgânica vem provocando intenso debate na Câmara Legislativa

nossa intenção de que o assunto só chegue ao plenário depois de longas discussões entre todos os interessados", diz Maurílio Silva.

Segundo o deputado Carlos Alberto, a Lei Orgânica ordenará a ocupação de terras públicas, hoje "nas mãos de especuladores". "É um dos problemas mais sérios que teremos de resolver", diz Carlos Alberto, lembrando que no Distrito Federal há o caso de "terras rurais distribuídas a falsos produtores", que as utilizam para a construção de mansões. Com a Lei Orgânica, esse problema terá que ser solucionado, pois a carta de leis do DF estabelecerá regras que valerão para todos os cidadãos.

No capítulo IV do primeiro esboço do projeto da Lei Orgânica, já consta que a política fundiária e do uso do solo rural deve incrementar a produção de alimentos, fixar o homem no campo e que "em qualquer hipótese os títulos de domínio serão inegociáveis pelo prazo de 10 anos", quando a alienação ou concessão de uso forem feitas segundo critérios que serão definidos em lei complementar.

Habitação

Da organização dos poderes do Distrito Federal, passando pelas atribuições da Câmara Legislativa e do Poder Executivo, a

Lei Orgânica conterá "os princípios que regerão os destinos do Distrito Federal", segundo a deputada Maria de Lourdes Abadia. "Ela vai desenhar o futuro de Brasília", acrescenta. "Estamos atendendo o artigo 32 da Constituição, que determina que o Distrito Federal seja regido por uma Lei Orgânica", diz Maurílio Silva.

Outro assunto que interessa a maioria dos habitantes de Brasília é a política de habitação. Diz o primeiro esboço da Lei Orgânica que "a política habitacional será dirigida ao meio urbano e rural, mediante integração com a União, objetivando a solução da carência habitacional, prioritariamente para o segmento da população urbana de baixa renda ou desprovida de poder aquisitivo suficiente para obtê-la no mercado".

De acordo com Maurílio Silva, com a Lei Orgânica ficará mais fácil estabelecer a política educacional do DF porque a LO "direciona recursos para a área". Ele lembra que, até o ano passado, o orçamento era aprovado por uma comissão do Senado Federal que legislava para Brasília. "Havia parlamentares nessa comissão que não conheciam as cidades-satélites", diz Maurílio Silva, para ressaltar a importância da Lei Orgânica e dos próprios deputados distritais.

Emendas podem chegar a 5 mil

O primeiro esboço da Lei Orgânica está pronto. Ele foi o resultado do trabalho de quatro comissões: da organização dos poderes e do DF; da ordem econômico-financeira e de orçamentos e tributos; da ordem social e do meio ambiente; e da política urbana e rural. Os trabalhos começaram em 1º de fevereiro deste ano. Até o dia 21 de maio, os deputados poderão apresentar emendas ao projeto. Elas serão avaliadas pela Comissão de Sistematização e o texto será votado em primeiro turno.

O segundo turno de votações também será precedido de um período para novas apresentações de emendas, tanto por parlamentares quanto por entidades organizadas. Depois parte-se para a redação final da Lei Orgânica, que passará por nova votação em plenário. "Acho que será uma votação difícil. Nenhum partido tem os 16 votos necessários para aprovação. Haverá muitas negociações", diz a deputada Maria de Lourdes Abadia, vice-presidente da Comissão.

Maria de Lourdes acredita que a Lei Orgânica só será finalizada em meados de abril do ano que vem. Ela avalia que a confecção da lei em Brasília é mais trabalhosa porque o Distrito Federal é diferente dos outros municípios, "é uma unidade da Federação". "Brasília é uma síntese do Brasil, do primeiro ao quarto mundo", afirma a deputada.

"A Lei Orgânica do Distrito Federal é muito complicada", diz o presidente da Comissão de Sistematização, Maurílio Silva. É atípica "porque legisla pensando em ser estado e ao mesmo tempo normatiza a vida de uma cidade menor do que os municípios".

O presidente da Comissão de Sistematização acredita que a Lei Orgânica será finalizada até o final do ano. Ele diz que os trabalhos devem ser conduzidos com todo o cuidado, não se deve julgar demorada a confecção da LO. Segundo Maurílio Silva, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais dois artigos da Constituição do Ceará, o que pode prejudicar todo o trabalho de elaboração da carta.

Nesta primeira fase, o projeto da Lei Orgânica teve 1.700 emendas apresentadas pelos deputados. A população enviou 4.500 sugestões de todos os tipos. "Agora esperamos de três a cinco mil emendas, inclusive das 95 instituições credenciadas", afirma Maurílio Silva.

Márcio Batista 09/09/91